

MERCOSUR/PM/REC.21/2016

**CONDICIONES NECESARIAS PARA EL NORMAL DESEMPEÑO DE LOS
PARLAMENTARIOS DEL MERCOSUR**

VISTO:

El Artículo 99 del Reglamento Interno del Parlamento del MERCOSUR.

CONSIDERANDO:

La importancia de proveer a los Parlamentarios del MERCOSUR las condiciones necesarias para el normal desempeño de sus funciones.

EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

RECOMIENDA:

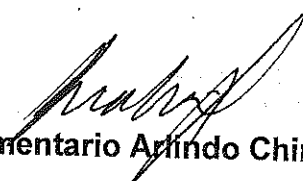
Artículo 1º: Al Consejo del Mercado Común, remitir a la brevedad la nota (Anexo I) firmada por varios Parlamentarios del MERCOSUR, al Señor Presidente de la Nación Argentina, Don Mauricio Macri y la nota (Anexo II) firmada por varios Parlamentarios del MERCOSUR, al Señor Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Don Nicolás Maduro

Artículo 2: Remitir copia de las notas mencionadas en el Artículo 1 a los respectivos gabinetes de los Señores Jefes de Estado citados.



Edgar Lugo

Secretario Parlamentario



Parlamentario Arlindo Chinaglia
Presidente



ANEXO I

Montevideu, 07 de novembro de 2016

A Sua Excelência, o Presidente da República Argentina, Senhor Mauricio Macri:

Temos a honra de nos dirigirmos a Vossa Excelência com relação à situação dos membros do Parlamento do Mercosul pela República Argentina, eleitos por ocasião das eleições realizadas em 25 de outubro de 2015 em seu país.

O Mercosul tem suas origens na aproximação entre Argentina e Brasil, iniciada pelos governos Alfonsín e Sarney no momento em que os países da região se redemocratizavam. Por esta razão, desde sua gênese, o bloco está marcado pelo simbolismo da plena vigência das liberdades democráticas, da participação popular e do desenvolvimento econômico com justiça social.

Não é por outro motivo que os instrumentos fundadores do Mercosul – o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto – contemplam uma dimensão parlamentar para o bloco, visando a assegurar uma adequada representação dos interesses dos cidadãos dos Estados Partes na integração, e assim contribuindo para a legitimidade social do processo.

O Parlamento do Mercosul, instituído pelo Protocolo Constitutivo firmado pelos governos dos Estados Partes, encontra-se atualmente em fase de fortalecimento institucional com a incorporação gradual dos parlamentares eleitos por meio de eleições diretas, conforme estabelecido pelo Artigo 6º do referido Protocolo. Durante este proceso, denominado "Etapa Única de Transição" (Decisão DC Nº11/14 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul) os Estados Partes acordaram prover os gastos e remunerações dos Parlamentares nacionais eleitos por meio do sufrágio direto, universal e secreto dos povos do Mercosul.

A dimensão parlamentar do Mercosul, que confere legitimidade às decisões do bloco, na medida em que representa os anseios e preocupações de seus cidadãos, percorreu um longo caminho em seu amadurecimento institucional, desde a Comissão Parlamentar Conjunta, antes órgão isolado, previsto pelo Artigo 24 do Tratado de Assunção, até a criação de um Parlamento do Mercosul, como parte da estrutura institucional do bloco.

No contexto do processo da incorporação dos Parlamentares eleitos diretamente para o Parlamento do Mercosul, como órgão de representação popular do bloco, dois Estado Partes lograram até agora realizar eleições diretas. São eles o Paraguai, que realizou eleições em 2008 e 2013, e mais recentemente a Argentina, em 25 de outubro de 2015, em virtude da Lei 27.120, aprovada pelo Congresso Nacional daquele país. Esta norma estabeleceu que os Parlamentares do Mercosul seriam equiparados aos

[Handwritten signatures and notes in various colors (black, blue, red) are scattered throughout the document, including names like 'Antonio Denis', 'Carlos Anese', 'Juan María', 'Eduardo Berus', and 'José Pedro Aquino'. There are also several illegible scribbles and initials.]



deputados nacionais no que diz respeito aos seus vencimentos e demais direitos. Posteriormente, a questão do regime remuneratório dos Parlamentares do Mercosul foi objeto de interpretação judicial a nível interno, mediante a Decisão da Câmara Nacional Eleitoral de 4 de outubro de 2016 (Expte. No. CNE 1566/2016/CA1) a qual confirmou a obrigação que tem o Estado Argentino de realizar os aportes necessários para possibilitar a participação dos representantes argentinos, eleitos pelo voto direto, nos trabalhos do Parlamento do Mercosul.

Entretanto, até o presente momento, a despeito da decisão acima referida e dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Argentino conforme os dispositivos estabelecidos pelo Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, das normas adotadas pelo Conselho do Mercado Comum, das disposições contidas na Lei nº 27.120 e do mandato outorgado pelo povo argentino aos seus representantes ante o Parlamento do Mercosul, o Estado Argentino não adotou as medidas cabíveis para possibilitar a atuação dos Parlamentares eleitos ante o Parlamento do Mercosul.

Tal omissão do Governo argentino enfraquece a dimensão parlamentar do Mercosul e dificulta – e pode até mesmo acabar por impedir – o funcionamento do Parlamento.

Com efeito, segundo determina o Artigo 18, inciso 1, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, as reuniões do Parlamento e de suas Comissões poderão iniciar-se com a presença de pelo menos um terço de seus membros, sendo que todos os Estados Partes devem estar representados. Dessa maneira, cabe ao Governo argentino assegurar o pagamento das remunerações dos Parlamentares argentinos de modo a possibilitar a sua participação nos trabalhos do Parlamento, sem o que este órgão de representação dos cidadãos do Mercosul, ficará impedido de funcionar.

Até este momento, os Parlamentares argentinos vêm participando do Parlamento do Mercosul com grande sacrifício e graças à sua dedicação ao mandato a eles outorgado pelos cidadãos de seu país. A omissão do Estado argentino vem gerando inaceitável situação de desigualdade entre os Parlamentares argentinos e os demais membros do Parlamento do Mercosul.

Em vista de todo o exposto, vimos solicitar ao Excelentíssimo Senhor Mauricio Macri, Presidente da República Argentina, adotar as medidas necessárias para a incorporação ao orçamento para o ano de 2017 dos aportes destinados a cobrir as remunerações dos Parlamentares argentinos do Mercosul, bem como os gastos vinculados às suas funções.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os nossos protestos da mais elevada estima e consideração.

Handwritten signature

Handwritten signatures and notes:
Ricardo Canese
Mauricio Macri
Amanda Winter

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten initials

Handwritten initials

Handwritten notes:
Ricardo Canese
i verde reñer

Handwritten signature

Large handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like GUARDO, BORRERO, and others.

Montevideo, 7 de noviembre 2016

Su Excelencia, el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Sr. Nicolás Maduro Moros:

Tenemos el honor de dirigirnos a usted, con la finalidad de plantear la situación de los Parlamentarios electos por la Asamblea Nacional y designados de manera unánime por esta, para representar a la República Bolivariana de Venezuela, ante el Parlamento del Mercosur en fecha 22 de enero de 2016.

Mercosur tiene sus orígenes en el acercamiento entre sus Estados miembros, por esta razón, desde su génesis, el bloque está marcado por el simbolismo del pleno ejercicio de las libertades democráticas, la participación popular y el desarrollo económico con justicia social.

Razón esta por la que los instrumentos fundadores del Mercosur - el Tratado de Asunción y el Protocolo de Ouro Preto - incluyen una dimensión parlamentaria al bloque, con el objetivo de garantizar una representación adecuada de los intereses de los ciudadanos de los Estados Partes en la integración, contribuyendo a la legitimidad social del proceso.

El Parlamento del Mercosur, instituido por el Protocolo Constitutivo firmado por los gobiernos de los Estados Partes, que actualmente se encuentra en fase de fortalecimiento institucional con la incorporación gradual de los parlamentarios elegidos a través de elecciones directas, según lo establecido por el artículo 6 del Protocolo. Durante este Proceso, llamado "Paso Transición Individual" (Decisión DC 11/14 del Consejo del Mercado Común del Mercosur) Los Estados Partes acordaron asumir el gasto y la remuneración de los parlamentarios nacionales y aquellos que fuesen elegidos por sufragio directo, universal y secreto del pueblo de Mercosur.

La dimensión parlamentaria del Mercosur, confiere legitimidad a las decisiones del bloque, en la medida que representan las aspiraciones y preocupaciones de sus ciudadanos, ha recorrido un largo camino en su madurez institucional, de la Comisión Parlamentaria Conjunta del Parlamento antes aislados cuerpo dispuesto en el artículo 24 del Tratado de Asunción, a la creación de un Parlamento del Mercosur, como parte de la estructura institucional del bloque.

En este contexto la norma establece que los Parlamentarios del Mercosur serían equiparados a los parlamentarios nacionales con respecto a sus salarios y otros derechos. Sin embargo, hasta ahora, existe desde el mes de junio del año en curso, una omisión en el pago de dietas y gastos a los parlamentarios por parte del Gobierno Venezolano lo que debilita la dimensión parlamentaria del Mercosur y dificulta el funcionamiento del Parlamento.



PARLAMENTO DEL
MERCOSUR

PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Secretaría Parlamentaria



PARLAMENTO DO
MERCOSUL

En efecto, conforme a lo dispuesto en el artículo 18, párrafo 1, del Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur, las sesiones del Parlamento y de sus Comisiones pueden comenzar con la presencia de al menos un tercio de sus miembros, y todos los Estados Partes deben estar representados. Por lo tanto, es el gobierno venezolano quien debe asegurar la remuneración y gastos de los parlamentarios venezolanos, con el fin que puedan participar en las reuniones de todos los órganos del Parlamento, sin esta participación se impide el trabajo de este órgano de representación de los ciudadanos del Mercosur.

Hasta el momento, los parlamentarios venezolanos han participado en las reuniones de los órganos del Parlamento del Mercosur con gran sacrificio y gracias a su dedicación al mandato dado por los ciudadanos de su país. La omisión del Estado venezolano está generando desigualdad inaceptable entre los parlamentarios venezolanos y otros miembros del Parlamento del Mercosur.

A la vista de todo lo anterior, solicitamos Excelentísimo Sr. Nicolás Maduro Moros, presidente de la República Bolivariana de Venezuela, tome las medidas necesarias para que se normalice el desembolso del presupuesto de la Asamblea Nacional de Venezuela para que la misma pueda cubrir la remuneración y los gastos relacionados con sus funciones, de la Delegación Parlamentaria de la República de Venezuela ante el Parlamento del Mercosur Parlamentaria

En esta ocasión, presentamos a vuestra excelencia nuestra más alta consideración.

